

# TRADUÇÃO, HISTÓRIA E IDEOLOGIA NO ROMANCE *MAPOCHO*, DE NONA FERNÁNDEZ

TRANSLATION, HISTORY AND IDEOLOGY IN THE NOVEL *MAPOCHO*,  
BY NONA FERNÁNDEZ

Valéria Gomes Ignácio da Silva<sup>1</sup>

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

<https://orcid.org/0000-0002-0712-1150>

[val.pizzani@gmail.com](mailto:val.pizzani@gmail.com)

**RESUMO:** Este ensaio problematiza a tarefa tradutória de um trecho do romance *Mapocho* (2002), de Nona Fernández, articulando história, ficção e verdade. Parte-se do pressuposto de que, além dos desafios relacionados ao léxico, a valores semânticos e sintáticos, é essencial explorar componentes ideológicos, considerando que o romance se apresenta como releitura da história, e propõe uma nova interpretação do registro oficial. Assinala-se que o posicionamento ético integra o exercício da tradução, refletindo a complexidade humana, na perspectiva de que os usos da linguagem são resultado de saberes e valores forjados em experiências privadas e sociais, hierárquicas, institucionais e de poder. A discussão toma como referência as formulações de Benjamin (2008), Gagnebin (1998; 2013) e Sarlo (2007), entre outros. Infere-se que a tradução deve oferecer ao leitor ferramentas para interpretar o real que o original quer transmitir, sem interferências que transformem sobremaneira o texto-fonte.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tradução; Ideologia; História e ficção; Nona Fernández.

**ABSTRACT:** This essay problematizes the translation task of an excerpt from Nona Fernández's novel 'Mapocho' (2002), exploring the interplay between history, fiction, and truth. It is assumed that, in addition to challenges related to the lexicon, semantic and syntactic values, it is essential to explore ideological components, considering that the novel presents itself as a reinterpretation of history and proposes a new interpretation of the official record. It should be noted that the ethical positioning integrates the exercise of translation, reflecting human complexity, from the perspective that the uses of language are the result of knowledge and values forged in private and social experiences, hierarchical, institutional and power relations. The discussion takes as a reference, formulations by Benjamin (2008), Gagnebin (1998; 2013) and Sarlo (2007), among others. It is inferred that the translation must offer the reader tools to interpret the reality that the original wants to convey, without interventions that significantly alter the source text.

**KEYWORDS:** Translation; Ideology; History and fiction; Nona Fernández.

<sup>1</sup> Doutora em Literatura e Crítica Literária pelo Programa de Estudos Pós-Graduação em Literatura e Crítica Literária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Doutorado-sanduíche na Universidad de Chile (2019).

## Introdução

O objetivo deste ensaio é problematizar a tarefa tradutória a partir de um trecho do romance *Mapocho* (2002), da autora chilena Nona Fernández, articulando história, ficção e verdade. Parte-se do pressuposto de que, diante da especificidade literária do *corpus*, para além dos desafios relacionados ao léxico, a valores semânticos e sintáticos, é essencial explorar componentes ideológicos, considerando que o romance se apresenta como releitura da história e propõe nova interpretação do registro oficial. É válido assinalar que o posicionamento ético do tradutor aqui referido integra o exercício da tradução em quaisquer circunstâncias, refletindo, enfim, a complexidade humana, especialmente a partir da concepção de que os usos da linguagem são resultado não somente de uma teia de saberes, crenças e valores forjados em experiências privadas e sociais, mas também de relações hierárquicas, institucionais e de poder.

A noção de ideologia que orienta a discussão parte da definição clássica proposta pela teoria marxista para nomear o processo por meio do qual as ideias da classe dominante adquirem valor universal, legitimando a dominação e a exploração sobre as classes menos favorecidas. Para além de inúmeras possibilidades de ampliação do conceito, especialmente do ponto de vista filosófico, interessa-nos dirigir a abordagem para o sistema ou conjunto de conhecimentos presente em produções textuais, em que se busca observar aspectos ideológicos a partir de escolhas léxico-gramaticais em textos traduzidos.

Nesse contexto, assinala-se que a comunicação intercultural que caracteriza a tarefa da tradução pode ser considerada uma mediação ideológica, na perspectiva que estabelece a partir da transposição de intenções e pontos de vista de uma cultura para outra. Esse fenômeno torna-se tão ou mais acentuado se o objeto da tradução é um texto literário que toma a recriação de eventos históricos como objeto e assume marcas ideológicas no uso social da linguagem.

Obra vencedora do Prêmio Municipal de Literatura de Santiago no ano de seu lançamento, em 2002, *Mapocho* é o primeiro romance de Nona Fernández<sup>2</sup>, com traduções para o italiano e o alemão. O romance tematiza a história do Chile e reconstitui episódios emblemáticos da constituição da nação chilena, desde o período colonial (1536-1808) até a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), por meio de uma intriga ficcional ambientada nos anos pós-ditatoriais. No retorno à cidade de Santiago, depois de anos de exílio, os irmãos Rucia e Indio buscam a verdade dos fatos relacionados à separação familiar. Nos começos do regime de Pinochet, o pai, Fausto, deixa a família para trabalhar no estado, enquanto os filhos acreditam em sua morte.

É válido destacar que, nos primeiros capítulos do volume, o pai da protagonista, que antes do início da ditadura era um professor de história, tece comentários esclarecedores sobre o que veio a ser seu ofício depois da aproximação com os militares: historiador oficial do regime.

---

<sup>2</sup> Escritora, atriz e roteirista premiada, Fernández nos apresenta como traço marcante do conjunto de sua obra – que inclui uma dezena de livros, roteiros originais para televisão e textos para o teatro – os impactos e as ressonâncias de acontecimentos históricos no cotidiano, dando sobrevida aos traumas chilenos do período ditatorial e inscrevendo as lutas pretéritas no presente.

Ele escreve e a História do país aparece irrevogável nas páginas dos seus livros. As crianças aprendem no colégio, os adultos a leem nas bibliotecas, os idosos a recebem de presente como bônus de fim de ano. Pouco a pouco sua História vai se legitimando, vai ganhando terreno, vai anulando as outras, as que foram tiradas das estantes, das listas escolares, das livrarias, até das lojas de livros usados. Sua versão é a correta. O que ele escreveu existe e o que não merece ser esquecido. Esse foi o trabalho que lhe deram para fazer. [...] A tarefa é simples, a história já está meio organizada, só precisa saber contá-la. Sublinhar o essencial, omitir o que sobra. [...] Nada mais, nada menos. Magia, Fausto, isso te pedimos. Você é o melhor nisso. Tem o dom, nós te daremos os dados (Fernández, 2002, p. 42-43)<sup>3</sup>.

O contexto de publicação do romance é um ponto de partida importante para se compreender elementos relacionados à produção da obra, que ocorre quando o Chile passa por um intenso debate sobre a recuperação da memória no período pós-ditatorial. A disputa feroz de narrativas, no período, produz releituras as mais diversas de acontecimentos históricos da memória chilena, reinterpretando-os de forma alternativa, o que, em *Mapocho*, dá-se a partir de vozes marginais, silenciadas pelo discurso histórico hegemônico.

O excerto traduzido (Tercera Parte, “Padres y guachos”, p. 154-166) faz referência a um período específico da história chilena, o do primeiro governo do militar Carlos Ibáñez del Campo, de 1927 a 1931, de caráter autoritário e intervencionista, com grande controle da mídia e polêmicas medidas de caráter higienista. É válido assinalar que a escolha do referido trecho responde à singularidade inventiva por meio da qual Nona Fernández materializa as relações de poder e forças na sociedade chilena de então, construindo – em uma metáfora que denomina “casa chilena” – uma representação, ao mesmo tempo de ironia e denúncia, como forma de estruturar não apenas o panorama político e a organização social do país, mas que revela uma leitura ideológica do contexto histórico da época, ao assinalar o silenciamento ocorrido especialmente em relação às classes trabalhadoras e minorias como os homossexuais.

## 1. História, ficção e verdade literária

A dimensão literária acentua e tensiona o confronto entre o passado da história e o passado da memória, identificando e colocando em relevo a crise do sujeito na contemporaneidade diante da excepcionalidade dos fatos históricos. Compreende-se, nesse sentido, que a representação dessa memória desmesurada reivindica, no presente, reparação àqueles que foram calados, mutilados, desaparecidos, mortos; ou, ainda, que seja possível criar um território de pensamento crítico e a perspectiva de

<sup>3</sup> No original: “Él escribe y la Historia del país aparece irrevocable en las páginas de sus libros. Los niños la aprenden en el colegio, los adultos la leen en las bibliotecas, los ancianos la reciben en lugar del cheque de aguinaldo para fin de año. Poco a poco su Historia se va legitimando, va ganado terreno, va anulando a las otras, a ésas que han sido sacadas de los anaqueles, de las listas escolares, de las librerías, hasta de las tiendas de libros usados. Su versión es la correcta. Lo que él ha escrito existe y lo que no, bien merece ser olvidado. Ése fue el trabajo que le dieron por hacer. [...] La tarea es simple, el cuento ya está medio armado, sólo hay que saber contarlo. Subrayar lo esencial, omitir lo que sobra. [...] Nada más, ni nada menos. Magia, Fausto, eso te pedimos. Tú eres el mejor en esto. Tienes el don, nosotros te daremos los datos.” Todas as traduções do espanhol são de nossa autoria.

visibilidade das verdades históricas silenciadas e ausentes como forma de compreender o passado para tornar possível a resignificação do presente. Essas premissas impactam diretamente a tarefa tradutória em um romance que se propõe a subverter o ordenamento da história institucional em seu projeto ficcional.

Sobre a representação da história, sabemos que o tempo histórico se constitui de intervalos e encadeamentos, relações de continuidade e mudança, negociação de conflitos. No exercício de apreender e compreender os fragmentos e os rastros do passado, sabe-se também que os mortos, os desaparecidos e as vítimas da violência na colonização, nas guerras e nos regimes de exceção no continente latino-americano, como no resto do mundo, não estarão seguros diante do discurso dos vencedores, como assinala Walter Benjamin:

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apropriar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo. Importa ao materialismo histórico capturar uma imagem do passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito histórico no instante do perigo. [...] O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (Benjamin, 2012, p. 243-244)<sup>4</sup>

O choque entre história e memória ocorre desde a antiguidade clássica, com modelos de conexão entre passado e futuro, passando por deslocamentos e utopias, até chegar à contemporaneidade. Na elaboração de um relato possível, “[...] nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança” (Sarlo, 2007, p. 9), formula a crítica, em *Tempo passado – Cultura da memória e guinada subjetiva*. A subjetividade da atualidade tem sido, em parte, incorporada pela produção historiográfica, mas em um campo marcado por disputas e discursos opostos, no qual o regime narrativo histórico conjuga visibilidade e invisibilidade nas relações de sentido que estabelece entre os fatos.

Diante desse contexto, nas situações de transbordamento, muitas vezes parte dos fatos é referenciada somente na memória individual e não no registro histórico colocado à disposição da coletividade, o que nos leva à constatação de que o discurso oficial quase sempre relega as vítimas ao esquecimento. Esse conjunto de elementos e também a transformação da noção de sujeito na contemporaneidade provocam, na interpretação de Sarlo, um forte movimento de reconstituição de vidas subalternas e marginais, com ênfase em uma poética do detalhe, do cotidiano e do concreto. Na disputa entre a investigação acadêmica e a produção de circulação maciça, esta elege um princípio organizador simplista e unificador, regido pelo mercado e respaldado pelo “[...] imaginário social contemporâneo, cujas pressões ela recebe e aceita mais como vantagem do que como limite” (Sarlo, 2007, p. 13).

Interrogar o passado, como faz Nona Fernández em *Mapocho*, seria uma forma de entrelaçar tanto a escrita da história, que não foge do caráter literário, como a perspectiva do historiador, ancorada em grupos sociais e relações de poder. Como adverte Gagnebin, “[...] a verdade histórica não é da or-

4 A tradução das teses aqui utilizada é de Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller, cf. Löwy (2005).

dem da verificação factual [...]” (1998, p. 217), o que pode conduzir ao revisionismo, tanto em relação à Shoah quanto a episódios constituintes da história da América Latina, nos quais se questionam fatos referidos, por exemplo, nas ditaduras.

Sobre a elaboração ficcional da grande história, ganham destaque, no romance de Fernández, as marcas de ambiguidade, especialmente na interpretação simbólica que se faz dos acontecimentos de injustiça e sofrimento presentes ao longo da constituição da nação chilena e que ainda ressoam no presente. Nesse sentido, o romance revela importantes índices de intertextualidade na releitura dos fatos históricos, como assinalado no artigo “Mapocho, de Nona Fernández: la inversión del romance nacional” (2004), de Cristián Opazo, que indica o poema “La Araucana” (1569), de Alonso de Ercilla, os volumes *La historia de Chile* (1954), do historiador Francisco Antonio Encina, e a produção literária do escritor e ativista Pedro Lemebel, entre outros, como referências que amparam o propósito de desconstrução ficcional.

A articulação literária que engendra a construção de uma diferente versão para a violência constituinte do passado coloca o leitor diante da possibilidade de uma nova leitura da tradição de opressão, de entendimento crítico quanto à falsificação imposta pelas conveniências do poder na contemporaneidade, esgarçando a história institucionalizada e seus avatares. É esse exercício simbólico o que permitirá tanto a desconstrução quanto a releitura da falência dissimulada na narrativa oficial.

O ato de rastrear e escavar as marcas do passado nos remete ao conceito benjaminiano de “escovar a história a contrapelo”, a respeito do qual Michael Löwy (2005) tece interessante observação, relacionada ao duplo significado da expressão: o sentido histórico, de negar a história, e o caráter político, da repetição da barbárie. Para Gagnebin (1998), a ação de investigação e de criação simbólica de significado equipara-se a um trabalho de luto que possibilitaria “[...] enterrar os mortos do passado e cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados [...] a preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que também possa ser verdadeiro” (1998, p. 221).

É pertinente, para ampliar o alcance da argumentação, dedicar, ainda que brevemente, uma oportunidade para confrontar, em relação à história, as categorias da memória e do esquecimento na operação de representação do passado. Para isso, convoco a reflexão do filósofo Paul Ricœur, em *A história, a memória e o esquecimento* (2007), que estabelece três categorias de elaboração narrativa relacionadas ao exercício da memória e ao esquecimento: a memória reprimida, intimamente ligada a traumas; a memória manipulada, que diz respeito a formas institucionais de amnésia, usos e abusos; e a memória forçada, de caráter comemorativo e de apagamento do sentido verdadeiramente histórico.

Para quem atravessou todas as camadas de configuração e de refiguração narrativa desde a constituição da identidade pessoal até a das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial. O recurso à narrativa torna-se assim a armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou de lisonja. Está em ação aqui uma forma artilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos. (Ricœur, 2007, p. 455)

O romance que é objeto de interrogação neste ensaio nos apresenta uma reiterada busca de versões sobre os fatos do passado, assim como propõe seu cruzamento, análise e reinterpretação, em exaustivo trabalho de confrontar zonas cinzentas, como no caso das borradas fotografias dos campos de concentração analisadas por Didi-Huberman (2004). As armadilhas da imaginação, aqui, são combustível para preencher lacunas, mobilizando os restos com que o discurso oficial não sabe o que fazer. Ainda assim, o estatuto dos enunciados e enunciações demarcam o trânsito entre a ficção e a história, sugerindo diferentes pactos de leitura.

Diante desse conjunto de elementos que colocam em relação a história, a verdade e a ficção, cabe, no exercício de tradução, cuidado e atenção singulares para coibir eventuais armadilhas interpretativas que venham a comprometer a validade da tradução.

## 2 Projeto tradutório

Antes de apresentar questões pontuais e justificar escolhas específicas da tradução em pauta, é essencial definir o que orienta o projeto tradutório e as motivações amparadas em pressupostos teóricos que subsidiam a tarefa. Para se tomar como perspectiva fundadora da tarefa de tradução a ação e a verdade do sujeito que enuncia e, por consequência, a língua que o determina, infere-se que é imperioso transmitir o espírito da língua de origem na particularidade do autor original. Como já afirmava o teólogo, filólogo e filósofo alemão Friedrich Schleiermacher, para isso, o tradutor pode se guiar por dois caminhos: levar o leitor ao autor estrangeiro ou facilitar o entendimento do leitor na língua de recepção. As perspectivas estabelecidas por Schleiermacher (2001) em seus estudos sobre hermenêutica – que buscavam substituir a explicação pela compreensão do discurso estranho e problematizar possíveis metodologias para fazer frente a arbitrariedades interpretativas – ainda hoje suscitam importantes questões, que vão além da materialidade do texto e da historicidade dos sujeitos autor e leitor.

Ao se pensar a língua e os deslocamentos pelos territórios de pertencimento e distanciamento que nela se alternam, a interrogação e a desconstrução serão procedimentos essenciais para compreender o pensamento do outro tornado discurso. É nesse sentido que as formulações de Schleiermacher, em “Sobre os Diferentes Métodos de Tradução”, originalmente publicado em 1813, ainda ensejam reflexões, mesmo após dois séculos, pela atualidade das interrogações que propõem, que passaram a ter desdobramentos a partir do desenvolvimento dos estudos da tradução em meados do século XX. Atualizadas, pelo prisma ideológico, pelo teórico norte-americano Lawrence Venuti, como estrangeirização e domesticação, orientam a presente reflexão no sentido de que, aqui, o propósito é o de privilegiar um distanciamento que resiste a estratégias facilitadoras em detrimento da literariedade do original, ou seja, uma prática tradutora que não oculte diferenças culturais. Apesar da evidente dicotomia das formulações, tanto em Schleiermacher como em Venuti, nosso propósito é o de promover combinações entre essas categorias, mas valorizando a intenção de “[...] evidenciar a estrangeiridade do texto estrangeiro e criar um público-leitor mais aberto a diferenças linguísticas e culturais” (Machado, 2002, p. 166).



É interessante observar que essas duas categorias se atravessam, uma vez que não apenas o texto de partida pode ser exclusivamente determinante das escolhas tradutórias, pelo fato de a tradução configurar sempre um *meta-enunciado*, mas também porque outro contexto opera no exercício da tarefa, o da interpretação e das intenções do tradutor. Nesse sentido, para explicitar o projeto tradutório que orienta a tradução do romance de Fernández, é pertinente assinalar a formulação de Maria Tymoczko, no ensaio “Translation and Political Engagement: Activism, Social Change and the Role of Translation in Geopolitical Shifts” (2000) [Tradução e engajamento político: ativismo, mudança social e função da tradução nas mudanças geopolíticas], em que ela analisa esse lugar de enunciação do ponto de vista de práticas tradutórias em culturas colonizadas com o objetivo de ampliar sua resistência ideológica.

A autora aponta o que denomina “parcialidade” em relação ao texto-fonte, inerente ao ato tradutório, como responsável por escolhas,

[...] aspecto que torna o ato de tradução *partidário*: engajado e comprometido, quer implícita quer explicitamente. De fato, a parcialidade é o que diferencia as traduções das mesmas obras ou de obras semelhantes, tornando-as flexíveis e diversas, facultando-lhes *participar* da dialética do poder, do processo em andamento do discurso político e das estratégias para a mudança social. (Tymoczko, 2000, p. 24; grifos próprios)

Corroborar-se a perspectiva da autora, a partir do momento em que se vislumbra a possibilidade de, a partir da publicação do romance *Mapocho*, sensibilizar os leitores brasileiros para, entre outros aspectos, o exercício de memória que se realiza no país vizinho, por meio da recriação de “imagens do passado”, como diz Tymoczko. Considera-se, em princípio, que, guardadas as diferenças entre o Chile e o Brasil, os processos históricos dos países são forjados na violência institucional como projeto de nação, desde a colonização e a submissão de povos originários, passando por um modelo de modernização excludente, até a implantação de regimes de exceção e projetos neoliberais que ainda hoje fragilizam a sua democracia. Essa premissa configura uma primeira tomada de posição, no sentido de buscar maior aproximação com o texto de partida, incorporando elementos discursivos na tradução, como estratégia para apresentar ao leitor brasileiro subjetividades e questionamentos ainda abertos no corpo social e na cultura do país de origem, especialmente, como já referido, no tocante à memória.

A interpretação do texto, antes e durante a tradução, não deixa de estar *contaminada* por experiências amparadas em informações prévias sobre o contexto histórico dos regimes de exceção na América Latina, condição que, *a priori*, considera-se essencial em qualquer trabalho de tradução. Soma-se a essas circunstâncias o fato de que a compreensão de *Mapocho* está orientada por um posicionamento no sentido benjaminiano de uma leitura a contrapelo da história, que toma como premissa o ponto de vista dos derrotados, para além da narrativa oficial, e de interrogar as nuances que uma composição ficcional pode oferecer nesse sentido.

A violência institucional e as vozes subalternas que impregnam a narrativa sobre a formação do estado chileno em *Mapocho* apontam para escolhas específicas de tradução, no sentido de interrogar possibilidades de incorporação de elementos discursivos estranhos à língua portuguesa, que passam a determinar modos não convencionais de traduzir o texto literário ficcional. Temos, aqui, uma segunda

escolha: a de que os eventos históricos de violência narrados a partir de vozes periféricas determinam registros nos quais a intervenção e a intrusão do tradutor devem, para além de garantir a transmissão do significado, manter, além de especificidades e da dicção que conferem o estranhamento característico do texto original, o propósito autoral de transmitir um posicionamento político.

Nesse sentido, como aponta Alves (2022, n. p.), “[...] a construção de qualquer texto se dá a partir de um processo de tomada de decisões que envolve não apenas as possibilidades abertas pelo sistema linguístico, mas também as funções sociais e as relações ideológicas em torno do próprio texto”.

A partir da definição dessas primeiras linhas, cabe reiterar que a intenção é a de manter aspectos de literariedade do texto original, não apenas como processo de reflexão sobre os elementos essenciais que determinam aproximações e distanciamentos entre as culturas de partida e de chegada na tradução, mas também no sentido de provocar, no leitor de língua portuguesa, os estranhamentos que alguns elementos suscitam já no texto original. Aliada a isso, e não menos importante, cabe expressar a intenção, no projeto tradutório, de comprometimento, nas palavras de Tymoczko, em relação à transmissão de reconstruções do passado chileno que dialoguem como registros históricos brasileiros. Em relação a essa *escala de valores*, delinea-se um tênue limiar, que será responsável pela proposição de um percurso de tradução para além da produção de significados, o que estabelece um diálogo ininterrupto, como já referido, com processos de desconstrução e criação, tanto na tradução quanto na recepção.

O trecho objeto da tradução reconstitui o período do primeiro governo de Carlos Ibáñez del Campo (1927-1931) e o faz, metaforicamente, apresentando a nação como uma casa, em que o militar é escolhido “pai” e submete os “filhos” à sua autoridade.

Mas dizem que corriam os anos de milnovecientosveintetantos cuando un día, o pai de plantão (todas as casas têm um) desapareceu. Ficou uma bagunça. As coisas definitivamente começaram a desandar e todos reclamavam porque viver assim era impossível. O que vamos fazer agora? Quem vai definir as regras? Em quem vamos botar a culpa? (Fernández, 2002, p. 154-155)<sup>5</sup>

No curso do texto, apresentam-se inúmeras questões a serem problematizadas. Tome-se o ex-certo a seguir para aclarar essa formulação: “Todo se veía negro, pero en medio de semejante descontrol, desde *la pieza afilada de los militares*, apareció un *miliquito bigotudo* que dijo, con tono seguro, que él podía hacerse cargo del pastel. Era un coronel” (Fernández, 2002, p. 155, grifo nosso). Cabe interrogar que aporte se faz, na tradução, com a substituição de “desde la pieza afilada de los militares, apareció un miliquito bigotudo” por “do temerário dormitório dos militares, apareceu um miliquinho bigodudo”. Está claro que o adjetivo “temerário” não dialoga estritamente com o castelhano *afilado* e, além disso, acrescenta atributos que, se não desqualificam, ao menos sugerem circunstâncias outras ao sentido estrito da palavra, o que é reforçado pelo “miliquito/miliquinho”. Tal escolha se dá em um contexto tanto de criação quanto de proximidade com a dicção autoral do texto de origem.

<sup>5</sup> No original: “Pero dicen que corrían los años de milnovecientosveintitantos cuando un día, el padre de turno (todas las casas tienen uno) desapareció. Quedó el despelote. Las cosas definitivamente comenzaron a irse a pique y todos reclamaban porque vivir así era imposible. ¿Qué vamos a hacer ahora?, decían. ¿Quién va a poner las reglas? ¿A quién le vamos a echar la culpa?”



As vozes narrativas e a configuração dos sujeitos/personagens se apresentam em superposição ao discurso dos irmãos Rucia e Índio, que reclamam o esclarecimento da própria história e desvelam episódios históricos outros para além da ditadura de Pinochet como constituintes da violência do estado repressor. A linguagem é caracterizada por um forte acento da gíria chilena na voz dos irmãos, mas ultrapassa seu dialeto informal para reconstituir – sempre com a mediação da expressão “dizem que...” – em palavra poética, mas também irônica, episódios como, por exemplo, o da morte do conquistador Valdivia pelos índios mapuches liderados por Lautaro ou da metáfora da “casa chilena”, que envereda pela formação socioeconômica e as relações de poder nas décadas de 1920 e 1930.

Dizem que as coisas funcionavam bem na casa. Havia muitos dormitórios [...]. Os mineiros viviam no setor norte. No centro, os professores. Os ferroviários ocupavam pequenos quartos ao longo de todo o corredor. Os trabalhadores estavam amontoados em um quatinho pequeno perto da cozinha, e assim cada um tinha seu canto na casa. (Fernández, 2002, p. 154)<sup>6</sup>

Na “casa chilena” em questão, as relações de poder se aclaram especialmente nas escolhas autorais que apontam para uma linguagem que, por si só, já sinaliza posições de crítica referenciadas em relações de opressão e subalternidade dos “filhos” diante do pai. Para isso, a autora escolhe uma linguagem que foge aos padrões cultos e, muitas vezes, adquire acento pejorativo.

Nesta proposta de tradução, delinea-se, assim, um posicionamento claro no sentido de valorizar sentidos subjacentes previamente identificados, que estão em diálogo com uma proposta autoral de crítica aos modos oficiais de narrar a história. Tradução ideológica, sim, mas não vinculada às premissas de patronato formuladas por Lefevere (2007). A manipulação referida pelo autor, no sentido manifesto de submissão a forças editoriais ou de patronagem, não está, nesse exercício tradutório, sujeita a caprichos e determinações do mercado, mas procura responder a diferentes intenções políticas e simbólicas: as autorais, de Fernández, de releitura do passado e crítica ao discurso oficial, e as do tradutor, de viabilizar a publicação do romance em língua portuguesa, com vistas a uma dilatação de sentidos e de percepção em relação ao passado histórico. Cabe esclarecer que a tradução de *Mapocho*, aqui limitada à discussão sobre um breve excerto, integra um trabalho acadêmico, relacionado a um projeto de pesquisa mais amplo, nos campos da literatura comparada e da produção ficcional amparada em contextos ditatoriais latino-americanos.

### 3 Ideologia da e na linguagem

Levando-se em conta a já referida presença de traços ideológicos na linguagem – que não preza pela neutralidade e tampouco pela inocência –, um primeiro elemento que merece observação é o uso de gírias e chilenismos ao longo de todo o trecho traduzido, muitos deles determinantes para a men-

---

<sup>6</sup> “Dicen que las cosas funcionaban bien en la casa. Había muchas piezas [...]. En el sector norte vivían los mineros. En el centro, los profesores. Los ferrocarrileros contaban con piezas pequeñas a lo largo de todo el pasillo. Los obreros estaban achoclonados en un cuartucho chico cerca de la cocina, y así cada cual tenía su rincón en la casa”.

sagem, além do caráter negativo e crítico que assumem em algumas situações. Muitos desses termos e expressões são referenciados em situações bastante específicas, com poucas opções de correspondência. Representam um desafio em qualquer tradução e implicam uma série de cuidados, que vão desde a pesquisa, a interpretação e as escolhas semânticas e de estilo daí resultantes até os significados que se procura alcançar na recepção. Ambos são aspectos intimamente relacionados à subjetividade e ao entendimento do tradutor sobre situações específicas, mas, também, e necessariamente, ao conjunto da mensagem que se quer transmitir.

É necessário pontuar que o narrador do texto em análise reconta os episódios por meio do artifício da indeterminação das fontes de informação. O uso da expressão “dicen que” é recorrente em todo o volume para deixar claro que é apresentada uma versão dos fatos que se opõe à narrativa oficial da história.

Já no título do capítulo – “Padres y guachos”, impõe-se uma escolha. *Guacho* apresenta inúmeras acepções, desde a que tem origem na língua indígena quéchua, que remete a indigente ou órfão, até variações mais genéricas, como filho, cria de animal, podendo, ainda, ser usado com o sentido de bastardo. Se, nesta tradução, opta-se pela acepção de órfão, o intuito é o de abrir a significação para evitar uma determinação inicial e convidar o leitor, a partir do paradoxo presente em “pais e órfãos”, a construções que podem ser desenvolvidas no curso da leitura. É interessante problematizar o alcance que uma única escolha como essa pode ter na recepção e assinalar que a opção por bastardo poderia parecer, à primeira vista, mais adequada ao tom crítico do texto, mas já representaria um horizonte determinado. Nesse aspecto, a opção por órfãos representa uma escolha consciente, levando-se em conta a polissemia da palavra, mas com o objetivo de sugerir uma ambiguidade que privilegia aberturas para a interpretação do leitor.

Ao longo do texto, relações assimétricas de poder ganham espaço e há um ponto de vista claro do narrador – ainda que amparado na indeterminação do “dicen que” – no sentido de desmascarar as relações de poder relacionadas ao governo de Ibáñez. Os critérios que pautam essa tradução apontam para a busca da semelhança, ao contrário da intenção de equivalência, como modo de valorizar a singularidade e a literariedade do original. Todavia, nem sempre é possível resolver todos os impasses de forma simples, sendo necessária, em alguns casos, uma tomada de posição que se evidencia na oferta do mero significado e, muitas vezes, não compactua com a intrusão de uma paráfrase.

Um exemplo dessa situação está na problematização de “Más afuera”, antiga denominação de uma ilha no sudoeste do Oceano Pacífico, renomeada Alejandro Selkirk – em homenagem ao marinheiro que inspirou o romance *Robinson Crusoe* (1719), de Daniel Defoe –, onde funcionava, exatamente no período do governo de Ibáñez, uma colônia penal para presos políticos. Para situar o leitor da tradução, seria necessário ir além de “Mais longe” se, no momento da ameaça de banimento para “Más Afuera”, os próprios filhos da casa chilena não sabem do que se trata? Acrescentar uma nota de rodapé significaria ir além da proposta do texto-fonte? Entendo que essa ação, possível, de assinalar a referência histórica, apontando para a ação autoritária de obrigar ao exílio, caracterizaria uma interferência que extrapola o original. Ademais, é válido destacar que a decisão foi pensada a partir do curso da narrativa, que evidencia o espanto e os questionamentos causados pela atitude do pai da casa aos próprios

filhos *desordeiros e desobedientes*.

A referida dificuldade evidencia as camadas de compreensão que um tradutor historicamente situado e consciente de sua posição ideológica deve considerar, no exercício da transposição de uma narrativa amparada em uma releitura da história e sua reconstrução ficcional. Além disso, relaciona-se, de maneira bastante assertiva, com as categorias elencadas na Fenomenologia de Peirce – primeiridade (sentimento, sensação), secundidade (ação, confronto) e terceridade (interpretação, síntese intelectual) –, quando o tradutor assume a responsabilidade de situar, ou não, a dimensão histórica no ato criativo de traduzir para informar o leitor. Nesse sentido, acredito que fazer emergir significados não dialoga somente com a explicação, mas também com a lacuna.

A recriação textual observada, desse ponto de vista, mostra um propósito voltado para a emancipação do leitor, como corroborado por Machado na sua formulação a respeito de autoria na tradução:

[...] ideologia e poder são mecanismos de construção da verdade que se afirmam sob o signo do confronto de interesses. O tradutor, enquanto indivíduo, não é alheio a estes fluxos. Pelo contrário, está neles emaranhado e participa ativamente numa luta comandada pelos seus interesses, sejam eles quais forem, e pelas suas motivações. É neste sentido que importa falar do estatuto do tradutor como criador: a simples transposição de uma língua para a outra, ou a mera mediação cultural deixaram de fazer sentido no estado atual dos estudos de tradução. Trata-se de um indivíduo que reproduz uma leitura de um texto, em função das forças sociais exercidas sobre si e mediante a sua reação em face às mesmas. (Machado, 2005, n.p.)

O critério que me orienta é o de abrir espaços, ou limiares, para possíveis interrogações e a interpretação do leitor, o que considero um posicionamento ideológico, fundamentando a aceitação da diferença e do estranho como mecanismo para estimular questionamentos e entendimentos na recepção do objeto literário.

## Considerações finais

Uma vez mais, é esclarecedor voltar a Benjamin, em “A tarefa do tradutor” (2008), e assinalar as palavras de Jeanne Marie Gagnebin (2013), na síntese que faz da compreensão ética da tarefa tradutória, de manter o original na sua diferença. “A forma última ‘que tende à identificação com o original’ só pode efetuar essa aproximação no seio da sua própria língua, introduzindo, assim, nela, a instância que lhe era exterior” (Gagnebin, 2013, p. 25), o que o filósofo denomina “versão interlinear”.

Não se trata de legitimar discursos, mas de oferecer ao leitor da tradução ferramentas para interpretar o real que o original quer transmitir, sem interferências que transformem sobremaneira o texto-fonte ou necessitem de acréscimos. A memória coletiva, borrada pelo discurso oficial que a narrativa em *Mapocho* quer desmascarar, não exige do tradutor paráfrases ou notas de rodapé, mas o respeito às peculiaridades do original, especialmente em suas singularidades e estranhezas. As modulações e o registro que a subjetividade, a ideologia e as intenções *políticas* do tradutor imprimem à tarefa são

atributos que contribuem para cumprir o propósito de oferecer um texto que preserve o mínimo de fidelidade à enunciação autoral em sua proposta de reinterpretação ficcional da história oficial e que, ainda, possam suscitar, na recepção, interrogações a partir do próprio processo histórico brasileiro, ou seja, provocar ressonâncias de caráter ideológico e político.

Nessa prática, como este breve ensaio procurou expor, muitos dos desafios seguem sem solução definitiva, dada a impossível neutralidade de um tradutor, qualquer que seja ele, diante dos usos sociais e culturais que faz da linguagem – por mais justificadas do ponto de vista ideológico e teórico que sejam as escolhas e, ainda assim, muitas vezes arbitrárias. A tarefa tradutória, especialmente quando relacionada a um objeto literário que articula história e verdade, acaba por refletir experiências e crenças pessoais diante das diferenças inerentes a sistemas linguísticos particulares e das singularidades da inventividade ficcional.

## Referências

ALVES, Daniel. Ideologia dos outros: sobre ideologias subjacentes e sobre o processo decisório por trás da construção de traduções. **Linguagem e Ensino**, Pelotas, v. 25, n. 1, jan/abr 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/22174>. Acesso em: 24 nov. 2023.

BENJAMIN, Walter. **A tarefa do tradutor, de Walter Benjamin**: quatro traduções para o português. In: BRANCO, Lucia Castello (org.). Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política** – Ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imágenes pese a todo**. Memoria visual del Holocausto. Barcelona: Paidós Ibérica, 2004.

FERNÁNDEZ, Nona. **Mapocho**. Santiago: Editorial Planeta, 2002.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. **Proj. História**, São Paulo, nov. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11147>. Acesso em: 2 jan. 2024.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Origem, original, tradução. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 7-30.

LEFEVERE, André. O sistema: mecenato. In: LEFEVERE, André. **Tradução, reescrita e manipulação da fama literária**. Trad. Claudia Matos Seligmann. Bauru: Edusc, 2007, p. 29-49.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACHADO, Filipe Alves. Sobre a criação do tradutor: o indivíduo e o social. *In*: II Congreso Internacional de la Asociación Ibérica de Estudios de Traducción e Interpretación, 2005, Madrid. **Actas...** Disponível em: [https://www.aieti.eu/wp-content/uploads/AIETI\\_2\\_FAM\\_Criacao.pdf](https://www.aieti.eu/wp-content/uploads/AIETI_2_FAM_Criacao.pdf). Acesso em: 24 nov. 2023.

OPAZO, Cristián. Mapocho, de Nona Fernández: la inversión del romance nacional. **Revista Chile-**

na de *Literatura*, Santiago, n. 64, p. 29-45, 2004. Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-22952004000100002&script=sci\\_abstract](https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-22952004000100002&script=sci_abstract). Acesso em: 2 jan. 2024.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SCHLEIERMARCHER, Friedrich D. E. Sobre os Diferentes Métodos de Tradução. In: HEIDER-MANN, Werner (org.). **Clássicos da Teoria da Tradução**. Florianópolis: UFSC, Núcleo de Tradução, 2001. p. 26-85. (Antologia bilíngue, alemão-português; v. 1).

TZMOCZKO, Maria. Translation and Political Engagement: Activism, Social Change and the Role of Translation in Geopolitical Shifts. **The Translator**, v. 6, n. 1, p. 23-47, 2000. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13556509.2000.10799054>. Acesso em: 4 maio 2024.

Artigo enviado em: 23 de janeiro de 2024

Artigo aceito em: 23 de abril de 2024